

“Como é óbvio, só um linguista nos pode ajudar”: opinião política com humor, entre gramática & texto

Carla Teixeira & Teresa Oliveira

Abstract:

This work focuses on the analysis of a text in a humor column about politics, representative of the present, of the subject's actoriality, and of the need to articulate knowledge from multiple linguistic plans to undertake a characterization of text genre. Therefore, our objectives are: 1) to deconstruct the global message of a humor column about politics, framing our approach within the linguistics of the text and the semantics of the enunciation; 2) to observe the progression of the thematic content that develops as a result of the reflection on the use of language, and in various plans of linguistic analysis, to compose political criticism. To this end, we have appropriated the notion of “language games” by Wittgenstein (1992) to identify and describe the manipulations of lexical items present in the text. In this way, we recognize that the reflexive capacity of language is a process that shapes humor, and a parameter that defines the textual genre (Miranda, 2010). Finally, we attend to the larger scopes of the theoretical-epistemological principles of socio-discursive interactionism and the semantics of enunciation, noting that meaning can be constructed based on various linguistic plans, and linguistic units of varying nature.

1. Introdução

Na sociedade portuguesa, o humor vive um momento de grande exposição e está presente em diversos órgãos mediáticos, da televisão à rádio, da imprensa ao ciberespaço. Os humoristas fazem cada vez mais do seu *métier*, além de um espaço de reflexão sobre a atualidade, momentos de crítica política. Assumindo o desafio de demonstrar possibilidades de cruzar as áreas de eleição do grupo de investigação Gramática & Texto, são propósitos deste trabalho: 1) desconstruir a mensagem global de uma crónica de humor sobre política, enquadrando esta abordagem no âmbito da linguística do texto e da semântica da enunciação; 2) observar a progressão do conteúdo temático, que se desenvolve em função da reflexão sobre o uso da linguagem e em vários planos da análise linguística, para compor a crítica política.

Atenderemos, igualmente, aos escopos maiores dos princípios teórico-

epistemológicos das áreas nas quais nos revemos: no âmbito da análise textual, a dimensão gnosiológica da linguagem inscreve o produtor textual como fundador da atorialidade do sujeito que intervém na sociedade; no contexto da semântica da enunciação, a análise linguística das formas e das construções revela as operações predicativas e enunciativas subjacentes à construção da significação no texto (Oliveira, 2013).

2. Fundamentação teórica

Este trabalho atende a duas abordagens dos estudos linguísticos presentes no grupo Gramática & Texto: a semântica da enunciação, ancorada na Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas (TOPE), e o interacionismo sociodiscursivo (ISD) em associação com a linguística do texto.

Por um lado, a semântica da enunciação empreende a descrição e análise das for-

mas e das construções linguísticas que revelam as operações predicativas e enunciativas subjacentes à construção da significação no texto (cf. Oliveira, 2013). É de lembrar que, no âmbito da TOPE, a linguagem é um sistema de representações organizado em três níveis distintos: o nível 1, que corresponde às representações mentais (ou seja, o domínio da linguagem, que integra noções, operações de relacionamento e de encadeamento, construção de propriedades compostas); o nível 2, o das línguas, onde se situam as formas e construções linguísticas, materializadas em textos e discursos; o nível 3, o das representações metalinguísticas (terminologia, notações, categorias), que permite, a partir dos textos (nível 2), aceder às noções e operações primitivas (nível 1). Neste quadro, a linguagem é, assim, definida como uma atividade significativa de produção e de reconhecimento de formas, que se baseia em operações de representação, de referenciação e de regulação.

Por outro lado, o ISD contempla a observação da dimensão gnosiológica da linguagem, que, por sua vez, considera o produtor textual como fundador da atorialidade do sujeito que intervém na sociedade, ou seja, o seu potencial de ação (Bronckart, 2003). Desta maneira, assume-se que a língua é o meio através do qual o sujeito, simultaneamente, se expressa e reflete sobre o modo como comunica.

Neste âmbito, convoca-se livremente a noção de jogos de linguagem, na aceção definida por Wittgenstein. Este autor entende a linguagem como uma caixa de ferramentas com múltiplas funções e diversos instrumentos, cuja possibilidade de uso depende do objetivo e das situações. O sentido é, assim, construído em função do contexto, como «uma qualquer espécie de processo» (Wittgenstein, 1992: 15).

A ideia da linguagem como atividade do sujeito, que produz significação a partir da

produção e reconhecimento de formas e construções linguísticas (TOPE), usadas como instrumentos (Wittgenstein) que lhe permitem agir socialmente (ISD), está na base da análise que propomos.

3. Opinião política com/de humor

O exemplar de texto em estudo neste trabalho foi produzido no contexto da modalidade escrita da atividade de linguagem de imprensa. No que concerne à identificação do género textual em causa, este texto foi publicado na *Visão*, revista semanal, como «Opinião», pelo que, considerando a temática regularmente retomada, se opta por designá-lo *opinião política com humor* ou *opinião política de humor*. Neste sentido, são considerados géneros textuais próximos o comentário e/ou a opinião, enquanto texto que assenta numa «construção de ponto de vista pessoal» (Teixeira, 2016: 5), e o comentário político televisivo, como interpretação da atualidade (Teixeira & Oliveira, 2017).

Para a caracterização de um género textual, considera-se que há parâmetros específicos que assinalam a genericidade e que estes são atualizados por mecanismos textuais; por seu turno, estes mecanismos também funcionam enquanto marcadores de género (Miranda, 2010: 152-154) que são implementados, por exemplo, através de índices (formas) linguísticos. Para efeitos de uma análise estruturada, as formas linguísticas são abordadas a partir da arquitetura interna dos textos, um instrumento de análise textual sociointeracionista (Bronckart, 2003) de três níveis: a infraestrutura geral do texto (planificação e estruturação), os mecanismos de textualização (organização temática, coesão e coerência) e os mecanismos enunciativos (vozes do/no texto, autor, produtor).

A partir da observação do exemplar em questão, verifica-se que, à semelhança de

outros textos de géneros textuais pertencentes à atividade jornalística, este apresenta um título que antecede todo um corpo de texto (infraestrutura textual) dedicado à temática da atualidade política (mecanismos de textualização) e é assinado por uma figura autoral que corresponde ao humorista (mecanismos enunciativos). Além destes itens linguísticos que ocorrem regularmente nalguns géneros textuais pertencentes à atividade jornalística, propomos focar-nos no jogo de linguagem como uma propriedade ou parâmetro do género opinião política com humor. Por ser uma matéria iminente da ordem da textualização, indica-se esta como ponto de partida da análise, ainda que, como se verá, perpassa os três níveis da arquitetura textual.

3.1. Análise de texto

O presente trabalho considerou para análise a versão digital do texto intitulado «Prefixação política», de Ricardo Araújo Pereira, identificado como «Opinião publicada na VISÃO 1422 de 6 de junho» de 2020¹.

Tratando-se de opinião política, é de considerar que o leitor deve dominar alguns conhecimentos prévios sobre a atualidade política nacional, a saber:

— Em 2012, o XIX Governo Constitucional da Terceira República Portuguesa, liderado por Pedro Passos Coelho, do Partido Social Democrata (PSD), nomeou António Borges, economista e professor universitário, externo ao Governo, como consultor de áreas-chave do Estado, encarregando-o, nomeadamente, de encabeçar uma equipa que acompanhava, junto da *troika*, os processos de privatizações, as renegociações

das parcerias público-privadas, a reestruturação do setor empresarial do Estado e a situação da banca, até então competências habitualmente cometidas ao Ministro da Economia. António Costa (AC), do Partido Socialista (PS), à data líder da oposição, opôs-se a esta nomeação e manifestou-se frontalmente contra a existência de «paraministros»;

— Em 2020, o XXII Governo Constitucional, liderado por António Costa (AC), do PS, nomeou António Costa Silva, engenheiro, professor universitário e gestor, como Conselheiro Independente do Governo e incumbiu-o da elaboração do Programa de Recuperação Económica e Social 2020-2030, após a crise provocada pela Pandemia de COVID-19 em Portugal. Na ocasião, vários políticos manifestaram-se, também, contra a existência de «paraministros».

O autor do texto desenvolve a sua crítica a partir da palavra «paraministro», que desconstrói, jogando com as suas unidades morfológicas. O leitor deverá, assim, possuir alguns conhecimentos linguísticos explícitos, de nível escolar, relacionados com a morfologia derivacional (derivação por prefixação) e com o significado e o uso de *para-* e também de *super-*, em particular:

— *para-* (do grego *pará*, «cerca de»): elemento de formação antepositiva que exprime a ideia de aproximação, proximidade; para além de; oposição; defeito, vício; semelhança;

— *super-* (do latim *super*, «sobre»): elemento de formação de palavras que exprime a ideia de superioridade, excesso, tal como indica o *Dicionário da Língua Portuguesa* da Porto Editora².

¹ Consultado em 20/02/2020; disponível em: <https://visao.sapo.pt/opiniao/cronicas/boca-do-inferno/2020-06-09-prefixacao-politica/>.

² Consultado em 20/02/2020; disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa>.

Metodologicamente, organizar-se-á a análise do texto em função da sequencialidade da leitura e em conjuntos de segmentos textuais.

À semelhança do lide de uma notícia, o texto começa por destacar os segmentos mais relevantes que se encontram no corpo do texto, e que ocorrem primeiramente entre o título e o corpo do texto:

«O único crítico de António Costa com poder suficiente para atingir politicamente António Costa é António Costa. De facto, o António Costa de 2012 crítico de “paraministros” apareceu nesta história como um “paraantóniocosta”».

Estes segmentos contêm as indicações essenciais do desenvolvimento do conteúdo temático:

1. Os políticos criticam os adversários e, posteriormente, tomam as mesmas decisões que outrora criticaram;

1.1. O AC do passado critica o AC do presente.

2. O humor é conseguido por meio da construção prefixal em que ocorre o prefixo *para-*;

2.1. A primeira crítica política que aqui se reconhece é que um «paraministro» não é uma figura governamental nem detém poder executivo (institucionalmente, atribuído ao Governo).

2.2. A segunda crítica política é a de falta de coerência, através da ocorrência de uma construção morfologicamente estranha (derivação por prefixação a partir de um nome próprio), «paraantóniocosta», mas cujo sentido o leitor facilmente interpreta, como sendo uma referência a «uma espécie de» AC.

Segue-se, então, a análise do corpo do texto, que tem início com algumas considerações sobre a utilização dos prefixos (sublinhados nossos):

«Os prefixos mudam as palavras de uma forma tão decisiva que, muitas vezes, esquecemos o termo original. Verifica-se que temos mais necessidade da palavra modificada e deixamos de dar uso àquela a que acrescentámos o prefixo. Por exemplo, é muito frequente dizermos que determinada pessoa é impecável. No entanto, são bastante raras as referências a sujeitos pecáveis. Não por falta de sujeitos pecáveis, que continuam a abundar, mas porque, para esses, reservamos vocábulos mais fortes. Como, por exemplo, inqualificável. Por contraponto às pessoas qualificáveis, das quais também não se costuma ouvir falar.»

Neste excerto, verifica-se uma apresentação concetual do tema já referido, a prefixação. Observa-se o uso do presente gnómico (sublinhado), em segmentos que se pautam pela ausência de marcas de sujeito enunciador ou pelo uso de marcas de sujeito indeterminado/genérico (1.^a pessoa plural, 3.^a pessoa singular, forma pronominal «se»). Esta formulação remete as considerações para o campo do senso comum, do conhecimento pré-validado, não deixando espaço ao coenunciador/leitor para questionamento ou contraditório.

A reflexão exposta é a de que há «mais necessidade da palavra modificada» do que da palavra original, como se constata pelas oposições *impecável/pecável* e *inqualificável/qualificável*, que deixam antecipar o par *paraministro/ministro*, com as devidas consequências humorísticas.

Reconhece-se que o jogo de linguagem se produz, aqui, ao nível das representações metalinguísticas, inclusivamente, pelo uso de terminologia linguística, como «prefixo» e «vocábulo», mas também «sujeito», cuja exploração humorística se baseia na ambiguidade que releva de duas das suas aceções, a saber, «função sintática» e «pessoa cujo nome não se cita».

O texto prossegue, então, com os factos de natureza política:

«Quando foi anunciado que António Costa tinha convidado uma pessoa para intermediar as negociações entre os ministros, a oposição e os parceiros sociais, levantou-se um problema de prefixação política. Tratava-se, claramente, de um “paraministro”, estatuto que a oposição considerou inadmissível. Tanto a oposição de hoje como a oposição de 2012, altura em que António Costa criticou Passos Coelho por, na prática, fazer de António Borges um “paraministro”. E o único crítico de António Costa com poder suficiente para atingir politicamente António Costa é António Costa. De facto, o António Costa de 2012 crítico de “paraministros” apareceu nesta história como um “paraantóniocosta”, o que foi nocivo para António Costa.»

Estes segmentos textuais apresentam a situação específica que dá azo à escrita desta crítica política: a nomeação do «paraministro». O autor usa formas verbais localizadas temporalmente (pretéritos perfeito, imperfeito e mais-que-perfeito, sublinhados) para construir a cronologia dos acontecimentos, enquanto mantém a ausência de marcas de sujeito enunciador, remetendo, novamente, as suas asserções para o campo do conhecimento pré-validado e simulando a sua neutralidade.

Os recursos humorísticos continuam a operar ao nível das representações metalinguísticas: o uso de terminologia linguística em relação com o fenómeno político («prefixação política»), tentando reduzir a querela a uma questão de linguagem; a utilização do prefixo *in-*, em «inadmissível», que remete para as ocorrências prévias de «impecável» e «inqualificável»; a redução do nome do primeiro-ministro, terceira figura do Estado, a um nome comum, quer pela anteposição do artigo definido («o António Costa de 2012»), quer pelo seu uso como base de uma palavra derivada («um “pa-

raantóniocosta”»). A crítica à falta de coerência política de AC joga-se no seu desdobramento em duas personagens antagónicas que se digladiam no campo político («o único crítico de António Costa com poder suficiente para atingir politicamente António Costa é António Costa»): o AC de 2012, líder da oposição e crítico de «paraministros», e o AC de 2020, chefe do Governo e nomeador de «paraministros».

O texto continua:

«Ficou claro, então, que o homem convidado pelo primeiro-ministro teria de desempenhar funções abaixo das de um “paraministro”. Talvez “paraparaministro” fosse uma designação possível, mas ainda assim um pouco delicada, e portanto optou-se por “conselheiro”. Sucede que a imprensa, avaliando a tarefa do conselheiro, considerou que a qualificação mais apropriada seria a de “superconsultor”. Portanto, coloca-se nova dúvida: quantos degraus abaixo de “paraministro” estará um “superconsultor”? Correndo embora em pistas semânticas paralelas, não estará o “superconsultor” exactamente ao mesmo nível do “paraministro”? Vários comentadores políticos tentam agora fazer essa análise, mas em vão, uma vez que, como é óbvio, só um linguista nos pode ajudar. Uma hipótese seria nomear um “parasuperconsultor”, ou um “superparaconsultor”, ou ainda um mais cauteloso “parasuperparaconsultor”.»

Neste excerto, o autor mantém o uso de formas verbais localizadas temporalmente (pretérito perfeito, sublinhado simples) para construir a cronologia dos acontecimentos, assim como a ausência de marcas de sujeito enunciador. No entanto, introduz um elemento de subjetividade, ao enunciar dúvidas e possibilidades, mesmo que não localizadas em relação ao sujeito enunciador. Surgem, então, os seguintes marcadores linguísticos: «talvez», «ainda assim», «nova dúvida», «hipótese», recursos lexi-

cais conotados com o domínio do não-certo; «teria de», um condicional que remete para um futuro incerto, localizado em relação a um momento passado («ficou claro»); «[talvez] fosse», um pretérito imperfeito do conjuntivo, de dependência sintática; «estará», duas ocorrências de futuro com valor inferencial (cf. Oliveira, 2021: 172); «seria», um condicional hipotético; uma interrogativa parcial («quantos degraus»?) e uma interrogação retórica, que promove a reflexão, motiva a conclusão e marca a subjetividade do texto que foi etiquetado de «opinião».

Os recursos humorísticos mantêm-se ao nível das representações metalinguísticas: o uso de terminologia linguística, agora relacionada com o atletismo («[correr] em pistas semânticas paralelas») e com os meios de socorro («só um linguista nos pode ajudar»); a exploração do recurso morfológico de recursividade, que permite a retoma sucessiva da estratégia de prefixação, aqui levada ao extremo, com a dupla e a tripla prefixação, até ao absurdo de «parasuperparaconsultor».

Simultaneamente, são introduzidas formas verbais de presente do indicativo (sublinhado duplo), localizadas em relação ao momento da enunciação, que trazem o texto para o espaço-tempo da opinião, materializada na conclusão:

«A única certeza que tenho é esta: preciso de um paracetamol.»

Este excerto fecha o elenco de dúvidas e possibilidades com «a única certeza», localizada em relação a uma 1.^a pessoa singular, identificada com o sujeito enunciador e marcada pelos morfemas de flexão verbal, nas formas «tenho» e «preciso».

Esta 1.^a pessoa singular culmina uma sequência de localizações subjetivas que opera numa gradação que começa no sujeito indeterminado/genérico do primeiro bloco analisado (1.^a pessoa plural, 3.^a pessoa sin-

gular, forma pronominal «se»), afunila depois em «a imprensa», torna-se mais concreta em «vários comentadores políticos», até surgir a 1.^a pessoa, em «nos», um plural que engloba o sujeito enunciador e os seus potenciais coenunciadores/leitores, e, finalmente, a 1.^a pessoa singular, que institui o sujeito produtor textual como enunciador, o responsável pela opinião e localizador último das asserções produzidas.

Porém, curiosamente, «a única certeza» validada pelo sujeito enunciador é uma subentendida e valente dor de cabeça, causada pela indefinição na designação do cargo político em discussão, e cujo remédio é uma substância cujo nome comporta igualmente o elemento prefixal *para-*. Este último recurso humorístico tem como base a relação entre a linguística e a química orgânica, ciência que faz uso do elemento *para-* na designação dos padrões de substituição de arenos (hidrocarbonetos aromáticos), com o valor de «aparentado/próximo» ou «similar». Assim, a designação internacional de «paracetamol» surge como redução do nome químico do composto «*para*-acetilaminofenol».

A aproximação entre o processo morfológico de formação de palavras por afixação e as regras para a nomenclatura dos compostos na química orgânica é um recurso humorístico muito subtil. Na química, uma série de prefixos, sufixos e infixos são usados para descrever o tipo e a posição dos grupos funcionais no composto, o que resulta, frequentemente, em nomes extremamente longos e ininteligíveis para leigos, à semelhança de «parasuperparaconsultor»³.

³ As considerações sobre química orgânica, assim como os dados sobre a atualidade política nacional, relevam de conhecimento escolar e enciclopédico, maioritariamente proveniente de consulta à *Wikipedia*, e o seu uso neste trabalho é meramente ilustra-

4. Notas finais: «Como é óbvio, só um linguista nos pode ajudar»

A par da «certeza» do paracetamol, o texto aponta o «óbvio» da necessidade de um linguista para a descodificação do discurso político. Ou de qualquer tipo de discurso, acrescenta o linguista.

Foi assim que, com a análise proposta, pretendemos demonstrar como se podem cruzar, de modo profícuo, os estudos da gramática e do texto, para alcançar uma análise mais completa de um produto textual.

Deste modo, o interacionismo sociodiscursivo forneceu-nos as ferramentas, tanto para reconhecer o género do texto e a sua relação com a mensagem global, como para explorar a sua arquitetura interna. Por seu lado, a análise gramatical permitiu-nos descodificar os marcadores dos parâmetros enunciativos (sujeito e tempo) e a forma como eles instanciam os diferentes espaços da arquitetura do texto.

O conceito de jogo de linguagem permitiu-nos, por um lado, ligar a atividade textual do humorista ao seu papel como ator social, e por outro lado, interpretar a tessitura dos marcadores linguísticos de operações predicativas e enunciativas subjacentes.

A desconstrução da estratégia linguística de «prefixação política» enquanto jogo de linguagem comprovou que a mesma permitiu criar humor, criticar os políticos e refletir sobre os usos da língua, objetivo da análise que empreendemos. Em termos práticos, a desmontagem desta abordagem do humor mostra como a capacidade de o sujeito refletir sobre a realidade lhe permite criar uma metalinguagem que legitima o seu ponto de vista, ainda que uma nova metalinguagem se recrie a cada texto.

tivo. Rejeitamos qualquer responsabilidade sobre possíveis incorreções científicas ou factuais.

Referências

Bronckart, J.-P. (2003). *Textos e Discursos. Por um Interacionismo Sócio-discursivo*. São Paulo: Editora da PUC-SP, EDUC.

Miranda, F. (2010). *Textos e géneros em diálogo. Uma abordagem linguística da intertextualização*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia.

Oliveira, T. (2013). «E esta sou eu»: O papel dos sujeitos na construção do texto. *Estudos Linguísticos / Linguistic Studies*, n.º 8, pp. 187-194. Disponível em: <https://clunl.fcsb.unl.pt/wp-content/uploads/sites/12/2017/07/T.-Oliveira.pdf> (consultado a 20.02.21).

Oliveira, T. (2021). O futuro e o condicional no texto jornalístico: das formas e construções linguísticas às configurações textuais. In Valentim, H.T.; Oliveira, T. & Teixeira, C. (org.). *Gramática e Texto. Interações e aplicação ao ensino*. Lisboa: NOVA FCSH-CLUNL, pp. 165-176. Disponível em: https://issuu.com/grato2015/docs/grato2015_1_6 (consultado a 20.02.21).

Teixeira, C. (2016). Representações, opiniões e comentários. In Brocardo, M.T. (org.). *Cadernos WGT – Representação em Gramática & Texto*. Lisboa: CLUNL, pp. 1-6. Disponível em: <https://clunl.fcsb.unl.pt/wp-content/uploads/sites/12/2017/07/C.-Teixeira-2.pdf> (consultado a 24.11.20).

Teixeira, C. & Oliveira, T. (2017). O poder da opinião. Análise comparada de comentários televisivos sobre política. *REDIS, Revista de Estudos do Discurso*, n.º 6, pp. 212-234. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/15725.pdf> (consultado a 09.11.2017).

Wittgenstein, L. (1992). *O Livro Castanho*. Lisboa: Edições 70.